

CONSERVAÇÃO E ETNOECOLOGIA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DO EXTRATIVISMO DA SAMAMBAIA PRETA NO RIO GRANDE DO SUL

Coordenador: EDUARDO ERNESTO FILIPPI

Autor: Joana Braun Bassi

Um dos grandes desafios desta época se configura na concretização do Desenvolvimento Sustentável, principalmente, em países megadiversos como o Brasil, com alta diversidade biológica e sociocultural. O extrativismo praticado a partir de uma lógica tradicional e legitimado por estudos científicos pode vir a se consolidar como uma estratégia para conservação da diversidade sociocultural e biológica. Neste contexto, a samambaia (*Rumohra adiantiformis* (G. Forest.) Ching) é objeto de estudo do Projeto Samambaia-preta, desenvolvido pelo DESMA (PGDR/UFRGS), Núcleo de Pesquisa em Florestas Tropicais (NPFT/UFSC) e a ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA). O Projeto é desenvolvido nas áreas de encosta da Mata Atlântica no nordeste do Rio Grande do Sul, onde são localizados extensos remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, muitos dos quais reconhecidos como zonas núcleo pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (MAB/UNESCO). A legislação ambiental estadual e federal impõe várias restrições quanto ao manejo dos ecossistemas florestais, incluindo a proibição da prática de coivara (queima e pousio), tradicional à cultura dos agricultores familiares das áreas de encosta. Inicialmente, o objetivo do projeto foi avaliar a sustentabilidade do extrativismo de samambaia, sob o ponto de vista ambiental, social e econômico. As pesquisas realizadas comprovaram que o manejo realizado pelos extrativistas não prejudica a regeneração da espécie. Além disso, é uma atividade de interesse social, pois é praticada há mais de 30 anos por cerca de 2000 famílias de agricultores familiares das áreas de Encosta da Mata Atlântica do RS, sendo que 50% da produção do país provém dessas áreas. A sustentabilidade ecológica dos sistemas de manejo tradicionalmente utilizados para extração da samambaia foi comprovada a partir de metodologias antropológica, etnobotânica, fitossociológica, populacional e genética. Durante a realização das pesquisas, que incluíram 2 teses de doutorado (PPG-Botânica, PPG-Antropologia/UFRGS), 3 dissertações de mestrado (PPG-Biologia Vegetal/UFSC, PGDR/UFRGS), 1 monografia (Ecologia/UFRGS), 2 trabalhos técnicos para a Secretaria Estadual da Agricultura (RS-RURAL) e Meio Ambiente (Fundeflor) foram realizadas reuniões com as comunidades local e acadêmica e conselhos (Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Câmara Técnica de

Biodiversidade do CONSEMA, Conselho Consultivo da Reserva Biológica Estadual da Serra Geral). Além disso, realizou-se o I, II e III Encontro da Samambaia-preta, buscando apresentar os aspectos sociais, econômicos e ecológicos resultados das pesquisas sobre o extrativismo da samambaia-preta. Os espaços de diálogo entre os pesquisadores e as comunidades, propostos no início do projeto, foram mantidos ao longo dos sete anos de pesquisa e extensão, se caracterizando em um processo de valorização do conhecimento ecológico local para manutenção dos ecossistemas. Além disso, buscou-se criar um diálogo referente à organização dos sistemas legal e socioeconômico da sociedade abrangente, enfocando a prática extrativista. Por fim, nestes espaços procurou-se discutir com os órgãos de fiscalização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/RS) as demandas dos agricultores familiares a respeito das impossibilidades de reprodução social decorrentes da legislação ambiental, principalmente em relação à coivara. Cabe ressaltar que o III Encontro da Samambaia-preta (06/04/2006), projeto de extensão da UFGRGS (ação 6934), contou com a participação de cerca de 270 pessoas, entre ONGs, Universidades, órgãos governamentais e comunidade local e regional, sendo realizado no município de Maquiné, que tem cerca de 8000 habitantes. Do evento resultou a Carta de Maquiné uma manifestação pública a favor da regulamentação do extrativismo da samambaia-preta, que contou com 200 assinaturas (www.ufrgs.br/desma). Este processo culminou na publicação da Instrução Normativa SEMA nº 001/2006, que regulamentou a coleta das folhas de samambaia no Estado do Rio Grande do Sul, se caracterizando no primeiro produto florestal não madeirável regulamentado no Estado. Com a coleta permitida por lei, os samambaieiros passam a ter o reconhecimento e valorização desta atividade inserida no contexto da agricultura familiar, compatibilizando-a com a conservação dos remanescentes florestais. Dando continuidade às ações que buscam a sustentabilidade do extrativismo associado à agricultura familiar na região nordeste do Rio Grande do Sul, esta ação visa esclarecer os agricultores extrativistas quanto à importância da adequação legal dos extrativistas junto ao Cadastro Florestal Estadual. O Cadastro é um órgão da DEFAP (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas/SEMA) que visa o reconhecimento legal dos agricultores extrativistas e, com isso garante seus benefícios enquanto categoria social. Neste sentido, foi elaborado um manual contendo o modo de operação do licenciamento, bem como uma cartilha de divulgação, ambos escritos de forma acessível à comunidade local. Este manual foi apresentado ao Plano Operacional de Controle e Licenciamento (POC) que inclui entidades responsáveis pela fiscalização ambiental da região nordeste do Rio Grande do Sul, como os técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Comando Ambiental Estadual, guarda-parques das

Unidades de Conservação da região, além de ONG's, prefeituras e Sindicatos. No processo do licenciamento da samambaia, onde é necessária a articulação de diversas instituições que trabalham em prol da conservação das áreas de Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, a Universidade vem tendo um papel preponderante através das ações de extensão e pesquisa. Com a finalização das pesquisas e a regulamentação da atividade a Universidade passou a atuar com um papel de apoiador do processo. Neste sentido, o ritmo das ações é proposto pelo novo protagonista, a SEMA, que é dependente das diretrizes dos ciclos de governos. Além disso, este processo está atrelado a uma discussão sobre a adequação da legislação estadual à federal relacionada à nova lei da Mata Atlântica (Lei no 11.428-22/12/2006), menos restritiva do ponto de vista de manejo dos recursos naturais. A reflexão final deste trabalho debruça-se sobre a importância da extensão como uma área de atuação da universidade aliada à pesquisa, buscando resultados concretos no desenvolvimento rural. Este projeto, ancorado na Etnoecologia, se caracteriza em um processo participativo e dialógico, onde os parâmetros para regulamentação foram baseados no conhecimento ecológico local dos samambaieiros. Tem-se como princípio uma ação que atue na perspectiva da valorização e reconhecimento da importância deste conhecimento para conservação socioambiental. Evidenciando, assim, a construção de um processo que gerou subsídios para políticas públicas voltadas para a redução da dissonância entre as leis implementadas e os entraves que prejudicam a reprodução social das comunidades. O êxito desta experiência se deve à geração do conhecimento científico multidisciplinar, envolvendo interesses de populações tradicionais, aliado a um trabalho de divulgação científica em fóruns ambientalistas, da sociedade civil e das comunidades locais. Este processo ressalta a importância de processos participativos para o estabelecimento da sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Compatibilizando, assim, a conservação da diversidade cultural e biológica, preconizada pelos princípios da Etnoconservação.